

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.989 - SP (2019/0302999-7)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : RODRIGO FELICIO (PRESO)
ADVOGADOS : JOÃO PAULO DE OLIVEIRA BOAVENTURA - DF031680
IGOR DOS SANTOS JAIME - DF054584
THIAGO TURBAY FREIRIA - DF057218
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto em benefício de RODRIGO FELICIO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2137884-76.2019.8.26.0000)

Inferre-se dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau, à pena de 7 anos, 9 meses e 10 dias de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso no art. 33, da Lei n. 11.343/06 (tráfico de drogas). Não foi permitido apelar em liberdade.

Inconformada, a defesa impetrou o *writ* de origem, cuja ordem foi denegada, nos termos do acórdão que recebeu a seguinte ementa (fls. 1546/1553):

Habeas corpus - Tráfico de drogas - Condenação ao cumprimento da pena de 7 anos, 9 meses e 10 dias de reclusão, no regime fechado, impossibilitado o paciente de recorrer em liberdade - Inconformismo - Pretendida a soltura do paciente para que recorra em liberdade - Constrangimento ilegal não verificado - Sentença fundamentada - Paciente reincidente e preso durante toda a instrução - Paciente responsável pelo envio de 16,2 quilos de cocaína - Conduta grave 'in concreto' - Ordem denegada.

No presente *writ*, o impetrante alega que foi indevidamente negado o direito ao paciente de recorrer em liberdade, ante a ausência de fundamentos concretos para a manutenção da prisão cautelar anteriormente imposta, tendo sido mantida somente porque respondeu ao processo custodiado.

Afirma que nem a sentença condenatória nem a gravidade do delito podem servir de parâmetro para a manutenção da prisão, sem fundamentação idônea.

Requer, assim, em liminar e no mérito, seja colocado em liberdade, ainda que com a aplicação de medidas cautelares alternativas.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Decido.

É o relatório. Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris e do periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

A pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator